



Floresta sob ameaça

Atividades humanas estão alterando a floresta. Construção de estradas e hidrelétricas, exploração de petróleo e gás, implantação de garimpos para mineração, desmatamento e queimadas são alguns dos principais fatores que têm pressionado a floresta.

Estes e outros fatores foram apontados no estudo publicado pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), constituída por ONGs e institutos de pesquisa.

O atlas intitulado “Amazônia Sob Pressão” mostrou que na década de 2000 a 2010, dos 7,8 milhões de km² de floresta amazônica – onde vivem 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas – a floresta perdeu uma área de 240 mil km², equivalente ao território completo do Reino Unido.

Dos países que possuem a Amazônia em seu território – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa – o detentor de mais da metade (58,1%) da floresta, Brasil, teve a participação de 80,4% do desmatamento no período.

O Peru, responsável por 13,1% da Amazônia respondeu por 6,2% do desmatamento no período, seguido pela Colômbia, que possui 8% da floresta sob seu território e desmatou 5%.

Fatores de pressão sobre a floresta



Um dos principais fatores de desmatamento são as estradas, abertas para exploração madeireira, na maioria ilegalmente, para expandir assentamentos e urbanização, atividades agropecuárias, extração florestal, minério, entre outros. O estudo apontou que 64,5 % das estradas não são pavimentadas. Estradas relacionadas com áreas de maior desmatamento são as do “arco do desmatamento” na Amazônia brasileira, de Belém-Brasília (BR153), Cuiabá-Santarém, (BR163) e Cuiabá-Porto

Velho (BR364).

A riqueza dos minérios da região amazônica remonta à busca de ouro no “El Dourado”. Foi somente em 1967, porém, na Serra dos Carajás, na Amazônia brasileira, que a mineração ganhou força. Atualmente, com o aumento do preço do ouro nos últimos 20 anos, a mineração tem se intensificado, sendo o Brasil e a Guiana os países com maior presença desta atividade. Os impactos ambientais da mineração, porém, comprometem de maneira bastante importante as Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas

(TIs), pois essa atividade localiza-se na periferia da Amazônia. Além disso, impactos na qualidade da água, do solo, da diversidade cultural e biológica ainda são discutidos, segundo o estudo.

Atualmente existem 81 lotes de petróleo e gás natural, sob exploração e 246 projetos. Ao todo, os 327 lotes petrolíferos com potencial de exploração ocupam 1,08 milhões de km², ou seja, 15% da Amazônia. Muitos dos lotes de petróleo e gás sobrepõe áreas de UCs e TIs.

As queimadas são outro fator que favorecem o desmatamento. São praticadas por populações locais e indígenas nos últimos 50 anos para uso na agropecuária. O impacto é diretamente observado na saúde humana, na alteração da paisagem, emissão de gases de efeito estufa, poluição do ar e redução das chuvas devido à fumaça.

O desmatamento na floresta amazônica foi incentivado por programas governamentais do Brasil, Equador e Peru, na década de 70, visando incentivar ocupação do território amazônico. No Brasil atualmente, a causa principal de desmatamento é a pecuária extensiva, que altera o uso do solo de florestas para pastagens. Embora o Brasil tenha sido o país que mais perdeu cobertura florestal, recentemente tem apresentado queda das taxas de desmatamento. Outros países, como a Colômbia, no entanto, apresentam uma tendência de aceleração do desmatamento.

O estudo indicou que as hidrelétricas estão vinculadas aos planos nacionais de desenvolvimento de cada país. Existem 171 hidrelétricas em operação ou em desenvolvimento, além de 246 projetos em estudo na Amazônia. Os impactos socioambientais das hidrelétricas ainda não foram abordados adequadamente.

O estudo apontou que se as ameaças de projetos atuais tornarem-se pressões num futuro próximo, metade da Amazônia atual poderia desaparecer.

Brasil: redução do desmatamento

Nos últimos anos o desmatamento na Amazônia na porção brasileira tem demonstrado uma queda relevante em relação aos anos anteriores, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (Figura).



O Ministério do Meio Ambiente (MMA) anunciou recentemente a maior queda do desmatamento da Amazônia legal. A queda representou uma redução de 27 % de desmatamento no período de agosto de 2011 a julho de 2012 em relação ao mesmo período anterior.

O MMA afirmou que esta foi a menor taxa de desmatamento desde 2004, ano de implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Entretanto, dos estados que compõem a Amazônia legal, Tocantins, Amazonas e Acre registraram crescimento do desmatamento.

Ticiane Rossi é engenheira florestal e mestre em Ciências pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Atualmente faz doutorado no programa de Recursos Florestais também na ESALQ.

Fonte: Ticiane Rossi